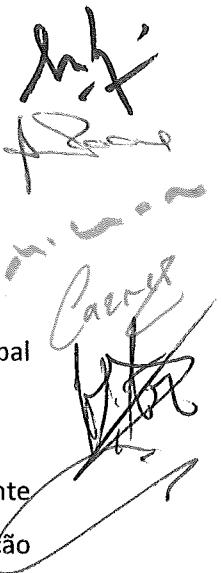




MUNICÍPIO DE  
**VILA VIÇOSA**  
Câmara Municipal

# Revisão Legal das Contas



## RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA

Exmos. Srs. membros da Câmara Municipal (órgão executivo) e da Assembleia Municipal (órgão deliberativo) do **MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA**, os n/ melhores cumprimentos.

Decorrente da revisão legal das contas referente ao exercício de 2016, remetemos o presente Relatório Anual de Auditoria, o qual inclui uma análise económico-financeira e de execução orçamental reportada a 31 de dezembro de 2016, uma síntese dos procedimentos de auditoria efetuados e consequentes recomendações.

Nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, emitimos nesta data o parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício (certificação legal das contas), nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço, a demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras.

Mais agradecemos a colaboração e profissionalismo demonstrados pelos n/ interlocutores, aquando do desempenho das n/ funções.

## 1. ANÁLISE ECONÓMICA

A fim de refletir o desempenho do MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA relativo ao exercício de 2016, reportamos alguns indicadores económicos:

Descrição	DEZEMBRO 2016	Comparação Homóloga
		Dezembro 2015
<b>Vendas e prestações de serviços</b>	<b>1.049.612,81 €</b>	<b>1.070.842,85 €</b>
<b>Variação das vendas e prestações de serviços</b>		<b>-1,98%</b>
Impostos e taxas	1.210.385,51 €	1.248.344,82 €
Variação dos impostos e taxas		-3,04%
<b>Transferências e subsídios obtidos</b>	<b>4.115.844,63 €</b>	<b>4.192.779,88 €</b>
<b>Variação das transferências e subsídios obtidos</b>		<b>-1,83%</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(1.059.877,19 €)</b>	<b>(632.992,52 €)</b>
Variação do resultado líquido do exercício		-67,44%
Resultados operacionais	(1.153.922,83 €)	(707.333,13 €)
Variação dos resultados operacionais		-63,14%
<b>Rentabilidade dos proveitos operacionais</b>	<b>-16,26%</b>	<b>-9,70%</b>
<b>Equilíbrio operacional</b>	<b>84,96%</b>	<b>90,22%</b>
<b>Meios libertos líquidos (Autofinanciamento)</b>	<b>1.366.901,62 €</b>	<b>1.479.545,92 €</b>
Autofinanciamento / Proveitos totais	20,38%	22,12%
<b>Cash-flow operacional (EBITDA)</b>	<b>1.272.855,98 €</b>	<b>1.405.205,31 €</b>
EBITDA / Proveitos operacionais	19,53%	21,54%
<b>Custos com o pessoal</b>	<b>2.429.585,05 €</b>	<b>2.572.460,55 €</b>
<b>Peso relativo dos custos com o pessoal</b>	<b>31,29%</b>	<b>35,14%</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>2.080.238,95 €</b>	<b>2.147.468,97 €</b>
<b>Peso relativo dos fornecim. e serviços externos</b>	<b>26,79%</b>	<b>29,33%</b>
Peso relativo dos custos e perdas financeiros	0,71%	0,99%
Peso relativo dos custos e perdas extraordinários	0,50%	0,24%
Peso relativo das vendas e prestações de serviços	15,65%	16,01%
<b>Peso relativo dos impostos e taxas</b>	<b>18,05%</b>	<b>18,66%</b>
<b>Peso relativo das transferências e subsídios obtidos</b>	<b>61,38%</b>	<b>62,69%</b>
Peso relativo dos proveitos e ganhos financeiros	0,04%	0,05%
Peso relativo dos proveitos e ganhos extraordinários	2,76%	2,41%

Decorrente dos indicadores económicos supra, destacamos:

- reduções de 1,83% nas transferências e subsídios obtidos (4.115.844,63€) e de 1,98% nas vendas e prestações de serviços (1.049.612,81€), face ao exercício transato;
- o resultado líquido do exercício fixou-se em 1.059.877,19€ negativos, correspondente a uma rentabilidade negativa dos proveitos operacionais de 16,26% e um equilíbrio operacional de 84,96% (rácio que relaciona os proveitos com os custos operacionais);
- os indicadores económicos do autofinanciamento (resultado líquido acrescido das amortizações e provisões) e do EBITDA (resultado operacional acrescido das amortizações e provisões) registam montantes de 1.366.901,62€ e 1.272.855,98€, respetivamente;
- observa-se um proporção de 31,29% dos custos com o pessoal (2.429.585,05€) e de 26,79% dos fornecimentos e serviços externos (2.080.238,95€), face aos custos totais; e
- as transferências e subsídios obtidos representam 61,38% dos proveitos totais, assim como os impostos e taxas recebidos correspondem a 18,05% dos rendimentos totais.

## 2. ANÁLISE FINANCEIRA

A fim de refletir a posição patrimonial do MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA em 31 de dezembro de 2016, reportamos alguns indicadores financeiros:

Descrição	DEZEMBRO 2016	Comparação Homóloga
		Dezembro 2015
<b>Ativo líquido</b>	<b>24.429.683,86 €</b>	<b>25.374.534,48 €</b>
<b>Variação do ativo líquido</b>		<b>-3,72%</b>
Fundos próprios	18.835.440,46 €	19.448.137,21 €
Variação dos fundos próprios		<b>-3,15%</b>
<b>Passivo</b>	<b>5.594.243,40 €</b>	<b>5.926.397,27 €</b>
<b>Variação do passivo</b>		<b>-5,60%</b>
<b>Rentabilidade dos fundos próprios (ROE)</b>	<b>-5,63%</b>	<b>-3,25%</b>
<b>Rentabilidade do ativo (ROA)</b>	<b>-4,34%</b>	<b>-2,49%</b>

Descrição	DEZEMBRO 2016	Comparação Homóloga	
		Dezembro 2015	
<b>Fundo de maneio líquido</b>	<b>(6.323,94 €)</b>	<b>(748.174,81 €)</b>	
Fundo de maneio necessário	(238.414,59 €)	(917.474,00 €)	
<b>Equilíbrio financeiro</b>	<b>232.090,65 €</b>	<b>169.299,19 €</b>	
<b>Autonomia financeira</b>	<b>77,10%</b>	<b>76,64%</b>	
Solvabilidade	336,69%	328,16%	
Endividamento	22,90%	23,36%	
<b>Liquidez geral</b>	<b>0,99</b>	<b>0,41</b>	
Liquidez imediata	0,32	0,13	
<b>Imobilizações</b>	<b>23.614.119,49 €</b>	<b>24.805.054,60 €</b>	
<b>Peso relativo das imobilizações</b>	<b>96,66%</b>	<b>97,76%</b>	
Peso relativo das dívidas de terceiros	0,84%	1,26%	
Peso relativo dos depósitos em inst. financeiras e caixa	0,95%	0,67%	
<b>Capitais permanentes</b>	<b>21.728.533,78 €</b>	<b>22.396.353,59 €</b>	
<b>Peso relativo dos capitais permanentes</b>	<b>88,94%</b>	<b>88,26%</b>	
Peso relativo das dívidas a terceiros	14,02%	16,17%	
Peso relativo dos acréscimos e diferimentos (passivo)	8,08%	6,72%	

Decorrentes dos indicadores financeiros supra, destacamos:

- decréscimos de 3,72% no ativo líquido (24.429.683,86€) e de 5,60% no passivo (5.594.243,40€), face ao período findo em 31 de dezembro de 2015;
- a rentabilidade dos fundos próprios (ROE), rácio que relaciona o resultado líquido com os fundos próprios, fixou-se em 5,63% negativos e a rentabilidade do ativo (ROA), quociente entre o resultado líquido e o ativo líquido, estabeleceu-se em 4,34% negativos;
- verifica-se um fundo de maneio líquido negativo de 6.323,94€ (ativo de curto prazo deduzido do passivo de curto prazo) e um equilíbrio financeiro de 232.090,65€ (fundo de maneio líquido deduzido do fundo de maneio necessário, o que equivale aos depósitos em instituições financeiras e caixa);

- os rácios de autonomia financeira (proporção dos fundos próprios no ativo líquido) e de liquidez geral (relação entre o ativo e o passivo de curto prazo) reportam 77,10% e 0,99, respetivamente;
- observa-se uma importância relativa de 96,66% das imobilizações (23.614.119,49€) e uma influência de 88,94% dos capitais permanentes (21.728.533,78€), face ao ativo líquido; e
- as dívidas a terceiros totalizam 3.424.115,27€, resultante essencialmente dos financiamentos obtidos no montante de 2.642.727,27€.

### 3. ANÁLISE ORÇAMENTAL

A fim de refletir a execução orçamental do MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA em 31 de dezembro de 2016, reportamos alguns indicadores orçamentais:

Descrição	DEZEMBRO 2016	Grau de execução	
		Dezembro 2015	
Pagamento de despesas correntes	5.416.092,30 €	85,07%	
Pagamento de despesas de capital	1.827.313,10 €	83,65%	
<b>Execução orçamental da despesa</b>	<b>7.243.405,40 €</b>	<b>84,71%</b>	
Recebimento de receitas correntes	6.066.268,50 €	87,20%	
Recebimento de receitas de capital	1.234.298,87 €	81,93%	
<b>Execução orçamental da receita</b>	<b>7.300.567,37 €</b>	<b>86,26%</b>	
Aquisição de bens e serviços	2.512.752,32 €	85,28%	
<b>Peso relativo das aquisições de bens e serviços</b>	<b>34,69%</b>		
Despesas com o pessoal	2.412.745,55 €	93,67%	
<b>Peso relativo das despesas com o pessoal</b>	<b>33,31%</b>		
Transferências correntes	3.752.003,41 €	98,83%	
<b>Peso relativo das transferências correntes</b>	<b>51,39%</b>		
Vendas de bens e serviços correntes	709.429,38 €	49,25%	
<b>Peso relativo das vendas e serviços correntes</b>	<b>9,72%</b>		

*[Handwritten signature]*  
Decorrentes dos indicadores orçamentais supra, destacamos:

- uma execução orçamental das despesas no valor de 7.243.405,40€ correspondente a um grau de execução de 84,71% face às dotações corrigidas. O mesmo reflete o pagamento de despesas correntes e de capital nos montantes de 5.416.092,30€ e 1.827.313,10€, respetivamente;
- um nível de execução das receitas de 86,26% das previsões corrigidas para o exercício corrente, o qual equivale ao valor de 7.300.567,37€ repartido pelo recebimento de receitas correntes e de capital nos montantes de 6.066.268,50€ e 1.234.298,87€, respetivamente;
- observa-se um proporção de 34,69% das despesas com aquisição de bens e serviços, e de 33,31% das despesas com o pessoal, face às despesas totais; e
- as transferências correntes e as vendas de bens e serviços correntes representam 51,39% e 9,72% das receitas totais, respetivamente.

#### **4. PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA**

O n/ trabalho incluiu, entre outros, os seguintes pontos:

- Reuniões com responsáveis da entidade, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos necessários;
- Exame ao cumprimento do normativo contabilístico aplicável e avaliação dos procedimentos contabilísticos, da organização geral e da fiabilidade do sistema contabilístico e de controlo interno;
- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas, nomeadamente critérios e métodos de reconhecimento e mensuração adotados pela entidade;
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos de suporte; e
- Realização de testes de conformidade e procedimentos substantivos de auditoria cuja natureza, extensão, profundidade e tempestividade se revelem adequados em função da materialidade dos valores envolvidos e do plano delineado.

Os objetivos dos referidos procedimentos firmam-se na obtenção de evidência suficiente, com um nível de segurança razoável, que permita expressar uma opinião sobre se as demonstrações financeiras da entidade apresentam ou não de forma verdadeira e apropriada a respetiva posição financeira e os resultados das suas operações reportados ao exercício de 2016.

No decurso dos n/ trabalhos, destacamos alguns procedimentos de auditoria infra.

A. Preparação dos trabalhos:

- (1) Planeamento: Desenvolvimento de uma estratégia geral e respetiva definição de programas de trabalho. Baseada na experiência do ano anterior (trabalho recorrente), foram identificadas áreas importantes de análise e potenciais problemas em cada rubrica, e determinado o âmbito, extensão e oportunidade dos procedimentos de revisão a executar;
- (2) Análise de risco e materialidade: Apreciação do risco de revisão e definição dos limites de materialidade aceitáveis aquando da avaliação do efeito das distorções verificadas com os procedimentos de revisão, em cada rubrica e a nível global;

B. Testes de conformidade:

- (1) Revisão dos sistemas contabilísticos e de controlo interno: Análise dos sistemas contabilísticos e de controlo interno existentes na entidade, de forma a avaliar o risco de controlo, ou seja, o risco das distorções (erros) não serem detetadas e corrigidas atempadamente pelo sistema de controlo interno;

C. Procedimentos substantivos:

- (1) Testes de revisão analítica: Comparação entre os valores registados mensalmente em cada conta com os montantes do período transato e expectativas resultantes das características dos saldos e classes de transações, cálculo de rácios financeiros, e observação de tendências do corrente exercício. Foi verificado igualmente se os saldos iniciais do corrente ano foram adequadamente transpostos do período anterior e mantida a consistência dos princípios e critérios contabilísticos utilizados;

- (2) Apreciação dos movimentos ocorridos nas rubricas de imobilizado: Conferência do registo contabilístico e suporte documental de aquisições relevantes efetuadas no exercício, e cálculo das amortizações correspondentes;
- (3) Exame dos saldos de existências: Revisão da compilação dos dados (listagens), e análise da valorização das existências (adequação de critérios e confirmação de cálculos);
- (4) Teste aos saldos de dívidas com terceiros: Circularização de clientes, fornecedores e outros credores (reportada a 31 de dezembro de 2016) com consequente apreciação dos resultados, conciliação dos saldos discordantes e procedimentos alternativos de confirmação nas situações de ausência de resposta;
- (5) Confirmação dos saldos de depósitos em instituições financeiras e caixa: Confrontação com a informação e extratos bancários reportados a 31 de dezembro de 2016, validação das conciliações bancárias e consequente regularização no período subsequente de movimentos não conciliados, assim como decomposição do saldo de caixa;
- (6) Análise dos movimentos ocorridos nas rubricas de fundos próprios: Apreciação do cumprimento legal e documental dos registos contabilísticos do exercício;
- (7) Exame das rubricas de empréstimos obtidos: Confrontação dos saldos contabilísticos de financiamentos bancários com o Mapa de Responsabilidades de Crédito divulgado no sítio eletrónico do Banco de Portugal e pesquisa de passivos não registados;
- (8) Apreciação das rubricas do Estado e outros entes públicos: Decomposição das dívidas ao setor público, nomeadamente retenções de IR, IVA e contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, com recurso aos respetivos sítios eletrónicos, assim como conferência da Declaração Periódica do IVA;
- (9) Estudo dos acréscimos e diferimentos: Exame da documentação de suporte (classificação e registo contabilístico), conferência dos movimentos pouco usuais, cálculo das remunerações a liquidar (férias) e análise dos proveitos diferidos relacionados com subsídios para investimentos;
- (10) Conferência dos saldos das contas de custos e proveitos: Confirmação do registo contabilístico (classificação) e respetiva documentação de suporte (legalidade) de movimentos selecionados pelo método da probabilidade proporcional ao tamanho;

- P. S. & A.*
- (11) Validação das contas de custos com o pessoal: Teste ao processamento de ordenados (mês de abril de 2016), apreciação dos requisitos legais inscritos nos recibos de vencimento e conferência das declarações enviadas a fim da liquidação das retenções de IRS e contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE;
- (12) Análise dos impostos e taxas: Confirmação das receitas de impostos municipais (IMI, IMT, IUC e Derrama), com recurso ao sítio eletrónico da AT – Autoridade Tributária e Aduaneira,
- (13) Conferência das transferências e subsídios obtidos: Verificação das transferências para o município previstas no Orçamento do Estado para 2016 (FEF, FSM e IRS), face aos montantes contabilizados;
- (14) Apreciação das demonstrações financeiras: Conformidade com os registos contabilísticos, correspondência dos comparativos do exercício anterior, e adequação e suficiência da informação divulgada; e
- (15) Observação de diversos preceitos legais, designadamente limite da dívida total e regra de equilíbrio orçamental previstos na Lei 73/2013 de 3 de setembro, pagamentos em atraso nos termos da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA), execução orçamental da receita e prazo médio de pagamentos.

## 5. RECOMENDAÇÕES

Anexamos recomendações efetuadas no decurso dos n/ trabalhos e reiteramos decomposição no Balanço dos empréstimos obtidos, das locações financeiras e da dívida ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) atendendo à exigibilidade temporal do capital vincendo, refletindo nas dívidas de médio e longo prazo o capital exigível num prazo superior a 12 meses, e no passivo de curto prazo, o capital exigível até 12 meses.

Ourém, ?? de março de 2017,

---

VÍTOR LUÍS SANTOS & ASSOCIADOS – SROC, S.A.

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 265

Representada por VÍTOR LUÍS CARRASQUEIRA DOS SANTOS, ROC n.º 1527